

Sorocaba aprova aumento salarial e novas regras de licença-prêmio

Projetos aprovados regulamentam benefícios e garantem o reajuste salarial

A Câmara Municipal de Sorocaba realizou, na terça-feira (3), a sua segunda sessão extraordinária de 2026 para deliberar sobre temas cruciais ao funcionalismo público. Logo após a sessão ordinária, os parlamentares analisaram e aprovaram três projetos de lei que definem o futuro financeiro e os benefícios dos servidores municipais para este ano. As propostas abrangem desde a reposição da inflação até a recuperação de direitos suspensos durante o período da pandemia.

Impacto na pauta

O item de maior impacto na pauta foi o Projeto de Lei nº 73/2026, enviado pelo Poder Executivo. O texto garante a revisão geral anual de 4,26% para todos os servidores da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações, além dos funcionários do Legislativo. Esse índice reflete exatamente a inflação acumulada ao longo de 2025, medida pelo IPCA-IBGE.

Na prática, o percentual será aplicado sobre o salário base de dezembro de 2025. O pagamento começa a ser depositado em março, mas terá efeito retroativo a 1º de janeiro. Além de repor as perdas inflacionárias, o projeto traz um aumento real de 1%, que será incorporado à tabela salarial a partir de 1º de maio, totalizando um reajuste de 5,26% no ano. O auxílio-alimentação e o ticket-refei-



Câmara de Sorocaba

A proposta foi acordada com o sindicato da categoria, após consultas aos trabalhadores

ção também foram contemplados com um aumento de 5%, também retroativo ao início do ano.

Divergências

Embora o líder do governo, vereador João Donizeti (União), tenha reforçado que a proposta foi acordada com o sindicato da categoria após consultas aos trabalhadores, a votação não foi isenta de críticas. Parlamentares da oposição manifestaram insatisfação com os percentuais apresentados. A vereadora Fernanda Garcia (PSOL) classificou o rea-

juste como um “retrocesso”, argumentando que os valores estão abaixo do ritmo de crescimento econômico da cidade.

Outros parlamentares, como Izídio de Brito (PT) e Iara Bernardi (PT), questionaram a transparência nas negociações e o fato de o aumento real de 1% ser aplicado apenas em maio, e não desde o início do ano. Já o vereador Raul Marcelo (PSOL) defendeu que o reajuste deveria ser escalonado, oferecendo percentuais maiores para quem ganha menos, visando o equilíbrio sa-

larial. Por outro lado, o vereador Roberto Freitas (PL) sugeriu que o município precisa investir em um plano de valorização baseado em produtividade e mérito para otimizar a gestão pública.

Servidores

Acompanhando as decisões aplicadas ao Executivo, a Câmara também aprovou o Projeto de Lei nº 74/2026, de autoria da Mesa Diretora. Esta proposta estende o aumento real de 1% especificamente aos servidores do Legislativo sorocabano. Assim como no

projeto anterior, o índice incide sobre o vencimento de dezembro de 2025 e passa a valer para a tabela salarial a partir de maio deste ano, garantindo isonomia entre os diferentes setores do funcionalismo municipal.

Licença-prêmio

O último projeto aprovado, o PL nº 75/2026, resolve uma pendência histórica gerada pela pandemia de Covid-19. O texto regulamenta a contagem de tempo de serviço para fins de licença-prêmio referente ao período entre maio de 2020 e dezembro de 2021. Naquela época, uma lei federal havia congelado essa contagem como medida de contenção de gastos em todo o país.

Com a nova legislação municipal, os servidores ativos em 12 de janeiro de 2026 voltam a ter esse tempo contabilizado. Sobre a possibilidade de transformar a licença em dinheiro (pecúnia), a prefeitura ressaltou que isso dependerá da disponibilidade financeira e do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma tentativa de incluir servidores inativos e exonerados no benefício foi barrada pela Comissão de Justiça por falta de previsão orçamentária, mas o presidente da Casa sinalizou a possibilidade de realizar estudos para incluir esses grupos no orçamento do próximo ano, evitando futuras disputas judiciais.

40% das casas em Rib. Preto dificultam combate à dengue

Em Ribeirão Preto, a dificuldade de acesso aos imóveis tem sido um dos obstáculos enfrentados pela Vigilância em Saúde. Cerca de 40% das residências visitadas estão fechadas ou têm a entrada impedida pelos moradores, o que prejudica as vistorias em locais estratégicos, definidos pelo volume de casos e densidade populacional.

Durante as rondas, os agentes inspecionam quintais, calhas e reservatórios para eliminar criadouros. Quando o acesso é negado, a prevenção fica pendente, exigindo novos agendamentos.

Embora os números de 2026 (1.926 notificações e 47 confirmações até fevereiro) sejam inferiores aos do mesmo período de 2025 (mais de 11 mil notificações), o alerta permanece alto devido ao clima quente e chuvoso, ideal para a reprodução do mosquito.



Freepik

Quando o acesso é negado, a prevenção fica pendente

Imunização

De acordo com as informações, apesar de 87% dos adolescentes terem sido imunizados com a primeira dose da vacina contra a dengue, apenas 37% retornaram para receber a segunda

dose, etapa essencial para garantir a proteção efetiva. A Secretaria de Saúde reforça que o combate à doença depende tanto da eliminação de focos domésticos quanto da conclusão do esquema vacinal nas unidades de saúde.

Pesca no Rio Piracicaba volta a ser liberada

Após quatro meses de restrição para proteger a reprodução aquática, a pesca no Rio Piracicaba foi liberada no último domingo (1º). O encerramento da piracema, que ocorre anualmente entre novembro e fevereiro para permitir a desova e a preservação das espécies, marca o retorno de pescadores profissionais e esportivos às águas da região.

Fiscalização

O ciclo 2025–2026 foi marcado por um maior policiamento ambiental, especialmente após o desastre ecológico de 2024, que vitimou milhares de peixes por contaminação, segundo as informações.

O balanço das autoridades revelou que foram feitas mais de 700 abordagens, a apreensão de 419 kg de pescado irregular

e a retirada de 1,7 mil metros de redes proibidas. O foco é evitar que crimes ambientais comprometam a recuperação do ecossistema local.

Regras e pesos

Mesmo com o fim do defeso, a atividade não é irrestrita. Normas do Ibama mantêm a proibição de pesca em áreas críticas, como proximidades de barragens, corredeiras e encontros de rios. O uso de equipamentos predatórios continua vetado sob pena de punições severas.

De acordo com as informações, o custo para quem desrespeita as leis ambientais subiu de R\$ 73 mil para mais de R\$ 118 mil. A Polícia Ambiental reforça que a consciência dos pescadores é o que garante o sustento e o lazer das futuras gerações.